

Espaço Físico Urbano e a Participação Social: A Importância da Compreensão dos Conceitos

Ana Maria Costa¹

Resumo: O trabalho objetiva a análise da produção dos espaços físicos urbanos e a relação entre a elaboração do projeto desses espaços e os seus usuários. Analisa o conceito de espaço físico e suas dimensões.

Palavras-chave: espaço físico - usuário- participação

Urban Physical Space and Social Participation: The Importance of Understanding the Concepts

Abstract: The paper aims at the analysis of the production of urban spaces and the physical relationship between the development of the design of these spaces and their users. Examines the concept of physical space and its dimensions.

Keywords: physical space - User-participation

Introdução

Este texto tem como objetivo principal ofertar subsídios para que sejam feitas reflexões sobre a produção dos espaços físicos urbanos. Foca-se, especificamente, a relação entre a elaboração projetual desses espaços e os seus usuários. Questiona-se, principalmente, como se dá a participação² desses usuários nos processos projetuais urbanísticos.

¹ Professora da Universidade Católica de Pernambuco e do Instituto Federal de Pernambuco.

² Bordenave (1992:16) no livro *O que é participação* explica que a participação tem duas bases complementares: a base afetiva – participamos porque sentimos prazer em fazer as coisas com outros. E a base instrumental –

Essa abordagem vai além do conceito de espaço físico limitado às três dimensões, pois envereda, também, a dimensão da vida social. O intuito é de entendê-lo como um objeto que se pode possuir e que é possuído (ARGAN,2005:44). Em outras palavras apresenta-se ponderações sobre o espaço urbano pensado para atender ao ser humano, enquanto usuários desses espaços, nos seus mais variados anseios e desejos.

Trata-se, aqui também, de um alerta sobre a importância do entendimento dos conceitos que envolvem a problemática: *elaborar espaço físico urbano com a participação dos usuários*. Sugere-se a inclusão dos estudos sobre as representações sociais³ dos sujeitos envolvidos como meio de captura de insumos que podem colaborar para tal compreensão. Nesse sentido, é fundamental, primeiro, a compreensão do que é o espaço físico urbano pensado pelo homem.

O espaço físico urbano arquitetado pelo homem

O espaço chamado urbano, considerado como um dos elementos formadores da cidade, é aquele que se estende para além do lote privado urbano, como nos adverte Bruno Zevi (1978:25). Aquele que foge das cercanias da quadra e envereda as ruas, os pátios, as praças, além de outras localidades do meio urbano público. Trata-se de um espaço externo ao lote, que é vivenciado individualmente e coletivamente, espaços de encontros, de troças de ideias e olhares.

Para Rolnik (1988:08), a cidade é uma obra coletiva composta por esses espaços arquitetados que desafiam a natureza para atenderem a desejos e necessidades dos seus habitantes. Sabe-se que as cidades, tomadas como conjunto maior desses espaços, servindo de abrigo e proteção para o ser humano, de locais para trocas de mercadorias e

participamos porque fazer coisas com outros é mais eficaz e eficiente que fazê-las sozinhas. Essas duas bases deveriam equilibrar-se. Porém, às vezes, elas entram em conflitos e uma delas passa a sobrepor a outra. Ou a participação torna-se “consumatória” e as pessoas se despreocupam de obter resultados práticos – como numa roda de amigos bebendo num bar – ou ela é usada apenas como instrumento para atingir objetivos, como num “comando” infiltrado em campo inimigo.

³ O romeno naturalizado francês Sergi Moscovici, no campo da Psicologia Social, desenvolveu a Teoria das Representações Sociais em 1961. A representação social é construída a partir dos conteúdos argumentativos coerentes e racionais das falas dos indivíduos sobre as coisas que os cercam no cotidiano, da observação do cotidiano e das práticas sociais dos grupos observados. Ver mais sobre o assunto no livro *Representações Sociais: investigações em psicologia social*, 2003 – ed. Vozes.

de serviços, foram surgindo com as suas respectivas especificidades. Com isso, em algumas situações, foram se definindo os espaços urbanos de acordo com as modalidades e interesses peculiares de cada urbe.

Certamente que algumas delas acumularam especificidades e muitas vezes essas peculiaridades definiram bairros inteiros com características próprias.

Como bom exemplo, algumas cidades do passado apresentavam muros e fossos que tinham, a princípio, a finalidade de defesa. Separavam-se, assim, um ambiente fechado de um ambiente aberto e natural. Esse tipo de alteração começou a determinar características peculiares às cidades e conseqüentemente aos usos dos espaços urbanos, ou seja, parte interior aos muros.

Numa ligeira análise não só da estrutura desses ambientes, mas, também, dos seus cotidianos, toma-se, como exemplos emblemáticos, Roma e Grécia.

Para os romanos seus muros ou muralhas além de proteção serviam como estruturas embelezadoras e davam limites ao espaço urbano. Na parte interna ao cinturão as pessoas se sentiam como num *home* “coletivo”, o muro era penhor de civilidade e nesse sentido o romano só se sentia em casa quando estava na cidade (ARIES & DUBY, 1989: 181, v. I). A parte interna ao muro era composta de ruas familiares que levavam os cidadãos de suas casas aos cantos da urbe. Os caminhos preferidos eram os que levavam aos banhos públicos e aos edifícios monumentais.

Em Atenas (Grécia), por volta da metade do século IV, durante a maior parte do tempo vivia-se ao ar livre, nas ruas e pátios públicos. Esses ambientes eram ordenados e articulados segundo as decisões tomadas em comum pela assembléia dos cidadãos. A cidade era considerada como a casa de todos e imagem do corpo social (BENEVOLO, 2001: 87 e 127).

Mas, sabe-se que, às vezes, a simplicidade de um sistema cultural ajuda a reproduzir realidades onde a vida cotidiana nos espaços urbanos é limitada ou até mesmo inexistente. Um bom exemplo são as cidades mulçumanas do século VII, onde a

simplicidade do sistema cultural contido no Alcorão reproduzia uma redução das relações sociais. Percebem-se os reflexos dessa redução das relações sociais na estrutura física das cidades.

As cidades árabes, por exemplo, perderam a complexidade das cidades helenísticas e romanas: não tinham foros, basílicas, teatros, anfiteatros, estádios e ginásios. Elas apresentavam, somente, habitações particulares (casas e palácios) e dois tipos de edifícios públicos: os locais para banhos e as mesquitas para os cultos religiosos (BENEVOLO, 2001:225). Benévolo (2001:226) lembra ainda que, nestas cidades, depois da porta interna começava a rede de ruas, onde não era mais possível aos habitantes o encontro e a parada.

Nesse entretecer de finalidades e funções, observando-se as devidas especificidades culturais, compreende-se que o espaço físico público das cidades é produto de relações humanas. E, nos casos que é utilizado coletivamente é, também, onde se desenvolve parte da vida dos cidadãos. Assim, deve ser pensado e construído para atender aos seus usuários e criadores nas suas mais variadas aspirações e sentimentos.

Desse modo, qualquer que seja a cidade, ou melhor, quaisquer que sejam os princípios a partir dos quais foram edificadas, elas foram especialmente definidas pelas relações sociais. Da mesma forma que, também, as suas características espaciais podem definir as relações sociais, relações sociais que são vivenciadas no cotidiano desses lugares. Para Certeau (2009:131), é nesse cotidiano que está contido um saber já escrito nas práticas sociais, mas não ainda esclarecido, compreendido ou dominado. Mas, quais as influências que os espaços físicos sofrem na sua formação?

Influências na formação do espaço físico urbano

Certamente que a produção desse espaço enquanto arquitetura sofre várias influências e são inúmeras as variáveis para a sua constituição. Dentre elas, realmente sobressai o ser humano com seus saberes, desejos, aspirações e práticas de uso desse ambiente. Compreendê-lo, talvez seja o maior desafio do nosso tempo para os que têm a ocupação

de projetar estética e funcionalmente os espaços urbanos, considerados espaços da arquitetura.

Lúcia Leitão (2004:54), por exemplo, preocupada em desvendar a dimensão subjetiva da arquitetura afirma que *“os que têm a arquitetura como dever de ofício começam a se dar conta da complexidade do espaço que produzem cotidianamente. E mais, do caráter evolutivo da definição conceitual e, sobretudo, do fato de que à luz da razão, apenas, não é possível entender o que é, como se constitui e principalmente o que significa o espaço arquitetônico, obra das nossas mãos.”* Ela busca o aporte da psicanálise para um melhor entendimento do que é arquitetura.

Concorda-se com Leitão (2004), pois, a *“luz da razão”* não é suficiente para a compreensão nem para a definição dos espaços construídos, sejam eles privados ou públicos. Esses espaços, sendo elaborados para atender ao homem nas suas diversidades de interesses, inclusive subjetivos, devem apresentar características capazes de permitir uma apropriação⁴ devida, uma cumplicidade entre o sujeito e o espaço projetado. Para isso, é evidente que se deve projetar e implantar espaços concebidos com a participação dos grupos sociais envolvidos com a área, tornando esses espaços objetos do desejo de seus usuários e assim um espaço de ‘consumo verdadeiro’, como faziam os gregos.

Nesse sentido, Certeau e Giard (2009:199) reforçam ao alertar que *os artistas cotidianos das maneiras de falar, de vestir e de morar são fantasmas na arte contemporânea patendeada. Estaria mais do que na hora de um urbanismo ainda à busca de uma estética que lhes reconhecesse o mesmo valor.* Comunga-se com esses autores e afirma-se ser lastimável a constatação do quanto se falta compreendê-los e (re)conhecer seus valores, torná-los protagonistas da ação de projetar arquitetonicamente os seus espaços urbanos.

Acredita-se que a compreensão desse homem comum, o ordinário nos termos certorianos, com seus modos e gestos que influenciam e é influenciado pelo espaço que

⁴ Segundo Rooseman Silva (2003: 38), a apropriação realiza-se em dois momentos. No primeiro, o espaço é adequado a uma determinada atividade introduzida pelo sujeito. No segundo, acontece uma identificação desse sujeito com o espaço gerado tanto pelo bom desempenho da atividade como pela relação de objetos, signos e códigos presentes no espaço.

o circunda, agregará verdadeiros valores aos planos e projetos para os espaços urbanos. Certamente, utilizar instrumentos que possam tornar os sujeitos para quem se projeta mais próximos dos projetistas permitirá o desvendamento dos interesses comuns. No entanto, quais os canais para garantir a participação desses sujeitos?

O sujeito para quem se projeta e os canais de participação

Compreende-se que a cidade é um espaço de grandes dimensões e que essas dimensões formam um todo coerente difícil de ser pensando a partir de tantos olhares e saberes. Mas, esse todo, aos olhos de Mumford (1961: 498), é considerado uma unidade elementar do urbanismo. Para esse teórico a finalidade do urbanismo vai além das questões de insalubridades e ordenações, perpassa pela ampliação dos domínios da significação humana. Acredita-se que os atos, os gestos, as rotinas dos habitantes da cidade têm valor informacional para quem vai efetuar o projeto de intervenções físicas nos espaços urbanos.

Nessa linha de raciocínio, como exemplo, na esfera internacional, reconhece-se o esforço do arquiteto Graham Adams nas suas investidas para construção do espaço arquitetônico considerando *as pessoas que, normalmente, não tem um defensor, e geralmente não são incluídas no processo de mudar seu ambiente, seu local de trabalho ou sua escola de modo que melhore suas vidas* (ADAMS, 2002:58).

No entanto, na esfera nacional, apreciando o resultado da análise de sete intervenções urbanas apresentadas no livro *Intervenções em centros urbanos: objetivos, estratégias e resultados*, organizado por Heliana Vargas e Ana Castilhos (2006), percebe-se, já no prefácio (p. XI) elaborado por Ricardo L. Farret uma advertência importante: *o livro apresenta questões relevantes, em geral negligenciadas, como por exemplo, arranjos institucionais, fontes de recursos, instrumentos urbanísticos, fiscais e canais de participação da comunidade.*

Sobre os canais de participação é o que se confirma no interior do livro após apresentação das particularidades dos sete exemplos. Veja-se nestas afirmações:

As demandas da população, descobertas e elaboradas localmente, não parecem ter sido consideradas, fato que culmina naturalmente na subutilização ou na apropriação indevida da intervenção urbana. As pesquisas e os levantamentos de dados apresentados também são inconsistentes, na medida em que não apresentam as bases de informações sistematizadas para respaldar a elaboração do diagnóstico. Ainda sobre a base de informação, constata-se que, quando existe, a análise técnica é deficiente, por não demonstrar uma visão sistêmica da questão urbana nem trabalhar de modo estratégico para a busca de resultados (VARGAS & CASTILHO. 2006:267).

Outro caso de negligência quanto à participação social é a intervenção urbana, agora no Recife – Pernambuco, analisada pela autora deste texto, na dissertação de mestrado intitulada *Calçadão dos Mascates: promessas e desilusões de uma intervenção urbana, o olhar dos comerciantes informais* (MDU/UFPE, 2004). A partir do estudo das representações sociais dos usuários e comerciantes informais, ficou evidente a falta de participação social desde a fase de diagnóstico para elaboração projetual até a implantação. A participação existente nada mais foi que a informativa⁵, visando o consentimento ou ajustes pós-elaboração do projeto, ou seja, uma participação tutelada. Desse modo, ficou comprometido o processo de apropriação correta do equipamento urbano.

Entende-se que compreender esse universo plural de anseios e desejos que pertencem ao mundo dos usuários da cidade não é tarefa fácil. Como se trata de um universo plural o entrave se dá por vários aspectos, dentre eles, destaca-se a própria conceituação sobre o que é participar da elaboração dos projetos urbanos. Ora, se o meio é diverso, como compreender os interesses e desejos comuns? Como entender no conjunto e no individual o que é bom para quem e para todos? Como saber o que é exatamente participar da elaboração projetual para determinados grupos? Como cercar esses sujeitos com instrumentos capazes de coletar insumos representativos das vontades? Para responder a tantas indagações e ajudar a encontrar caminhos eficientes para uma

⁵ Esse grau de participação o *informativo* é considerado por Bordenave (1992:31) como o menor grau de participação onde os dirigentes apenas informam os membros da organização sobre as decisões já tomadas.

participação eficaz seria fundamental a consideração da teoria das representações sociais.

A ajuda das representações sociais

Acredita-se que o ser humano precisa ser compreendido em seus mil fragmentos, *de modo que cada detalhe de atitude, cada centelha de inteligência, cada fibra de interesse especial, possa tomar uma cor mais firme pela mistura com outros detalhes, outras centelhas, outras fibras da mesma natureza* (MUMFORD, 1961:495/496). Assim, para se ter um bom projeto urbanístico, é imprescindível que o estudo e a compreensão desses fragmentos façam aflorar um universo paralelo ao mundo das associações especializadas onde se encontram os planejadores urbanos. O entendimento desse mundo paralelo repleto de signos e significados, certamente, iluminará o caminho para elaborações de intervenções físicas no espaço urbano mais próximas aos seus verdadeiros usuários. Acontece que esse mundo, na maioria das vezes, é enfraquecido pelos sujeitos dominantes. Sobre isso Mumford (1961: 496) esclarece:

O laço comum não diferenciado da associação primária (sujeitos envolvidos) é enfraquecido pelas associações especializadas (sujeitos dominantes); mas os elos que ligam a própria civilização tornam-se mais forte graças ao entretecer multiformes numa meada mais complexa e multicor. Da simples consciência de espécie, na tribo ou na família, a desenvolvida consciência de espécie que se materializa em associações especiais e grupos diferenciados; de um modelo fixo a um equilíbrio dinâmico de forças, da vida aceita tal como ela é até a sua compreensão e o seu replanejamento – tal é o caminho do desenvolvimento tanto humano como cívico.

Continua ele esclarecendo que *essa transferência do realce – da uniformidade e das aceitações comuns do grupo primário, para as escolhas críticas, as associações de propósito e as finalidades racionais do grupo secundário – é uma das principais funções da cidade* (MUMFORD, 1961:496). Explicando de outro modo, a miscigenação entre os dominados (grupos primários) e os dominadores (grupos secundários) a partir

dos seus processos de participação social, das construções conceituais, reforça a elaboração de planos e projetos deixando-os mais próximos dos seus usuários, permitindo, posteriormente, a possível apropriação devida dos espaços construídos.

Roberto Segre (1991:220) comunga com essa ideia e adverte que enquanto não se lograr a articulação entre o vocabulário “culto” e o vocabulário “popular”, enquanto os arquitetos (projetistas) não descobrirem a diversidade de símbolos⁶ e significados contidos nas diferentes tradições culturais que coexistem nas urbes contemporâneas, não será possível materializar o processo de correção da forma urbana para abrir a perspectiva da cidade do século XXI, que deverá caracterizar-se por uma *intensa participação popular* nas decisões sobre suas formas e funções.

Talvez, a indagação maior seja mesmo, como criar instrumentos capazes de capturar insumos que representem os anseios e desejos reais desses sujeitos? Assim, comunga-se novamente com Certeau (2009:162) quando ele adverte: *Talvez as cidades se estejam deteriorando ao mesmo tempo que os procedimentos que as organizam*. Nesse sentido, para tentar sanar essa lacuna visualiza-se a possibilidade de um estudo a partir das representações sociais sobre os principais conceitos que envolvem a problemática: tais como o que é participação social, espaço urbano, intervenção urbana, entre outros. A ideia é compreender, num primeiro momento, os significados de tais conceitos tanto para os que projetam os espaços urbanos, quanto para aqueles que são usuários desses espaços.

Espera-se, no caso da participação social, que a compreensão dos sentidos e dissensos sobre o que é participar lance luz sobre a criação de instrumentos participativos mais eficientes. Já no caso dos outros conceitos acredita-se ser fundamental o afinamento do discurso entre técnicos e população imediatamente atingida. Desse modo, os planos e projetos embasados nesses insumos, certamente, terão maiores chances de atender aos seus usuários e projetistas. Assim, certamente esses espaços ganharão chances de representar verdadeiros objetos dos desejos dos sujeitos envolvidos com a sua confecção.

⁶ Considera-se aqui o poder simbólico como poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem gnosiológica: o sentido imediato do mundo (e, em particular do mundo social), uma concepção homogênea do tempo, do espaço, do número, da causa, que torna possível a concordância entre as inteligências (BOURDIEU, 1998:09).

Considerações finais

Finalmente defende-se que para projetar espaços físicos urbanos é importante considerar, além dos gestos, das falas, das práticas sociais e cotidianas dos usuários, do contexto, da temporalidade e dos valores culturais dos grupos sociais envolvidos, os insumos advindos dos estudos das representações sociais, em especial, sobre os principais conceitos que envolvem a problemática. Pois, para alguns teóricos, dentre eles Argan (2001:18), *de fato, é situando-se no espaço e no tempo que a coisa se torna objeto ou representação, valor, definindo ao mesmo tempo a si mesma e ao sujeito, porque do efeito se remonta à causa como da causa se desce ao efeito.*

Espera-se que o desvendamento desse conjunto de insumos, embasado pelas questões ligadas ao espaço e tempo, possa dar conta das especificidades dos grupos sociais envolvidos com o espaço intervencionado, facilitando, desse modo, a elaboração projetual. Acredita-se que a partir dessa compreensão seja possível, afinal, a criação de instrumentos capazes de proporcionar uma verdadeira produção participativa do espaço físico urbano.

Compreende-se que para dar conta da especificidade e da complexidade dos significados inerentes ao espaço que se pretende arquitetar para o meio urbano é necessária a consideração da participação dos usuários na fase de elaboração projetual, bem antes de qualquer definição de partido arquitetônico ou coisa do gênero. Desse modo, garante-se a inclusão do ser humano não apenas como espectador ou usuário que consente o já projetado, mas como elemento que constitui e determina o próprio espaço urbano a partir do seu olhar, dos seus desejos e anseios na fase de elaboração projetual.

Bibliografia

ADAMS, Graham. Colaboração interdisciplinar e participação do usuário como metodologia projetual. In: DEL RIO, Vicente; DUARTE, Cristiane Rose;

RHEINGANTZ, Paulo Afonso (Org). *Projeto do lugar: colaboração entre psicologia, arquitetura e urbanismo*, São Paulo: Editora Contra Capa,2002

ARGAN, Giulio Carlo. *História da arte como história da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

ARIÈS, Philippe; CHARTIER, Roger. *História da vida privada: do império romano ao ano mil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. v.1.

BENEVOLO, Leonardo. *História da cidade*. 3 ed., São Paulo: Perspectiva, 2001.

BORDENAVE, Juan Diaz. *O que é participação*. 8 ed. São Paulo: Brasiliense, 2002. (Coleção primeiros passos, 95).

BOURDIEU, Pierre. (Coord.) *A miséria do mundo*. São Paulo: Vozes, 1997.

_____. *O poder simbólico*. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

_____. *A distinção: crítica social do julgamento*. 2 ed. Revisada, Porto Alegre: Zouk, 2011.

CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano: arte de fazer*. 16 ed. Petrópolis: Vozes, 2009. v 1.

COSTA, Ana Maria da. *Calçadão dos Mascates promessas e desilusões de uma intervenção urbana: o olhar dos comerciantes informais*. Recife, 2004, 143f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.

COSTA, Ana Maria da. *Participação social: em busca de processos projetuais participativos relacionados a intervenções nos espaços urbanos*. Recife, 2014, 265f. Tese de Doutorado (Doutorado em Desenvolvimento urbano) Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.

CERTEAU, Michel; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. *A invenção do cotidiano: morar, cozinhar*. 9 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2009. v. 2

LEITÃO, Lúcia. *Quando o ambiente é hostil: uma leitura urbanística da violência á luz de Sobrados e Mucambos e outros ensaios gilbertianos*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009.

MOSCOVICI, Serge. *Representação sociais: investigações em psicologia social*. Petrópolis: Vozes, 2003.

MUMFORD, Lewis. *A cultura das cidades*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia limitada, 1961.

ROLNIK, Raquel. *O que é cidade?* São Paulo, Ed. Brasiliense, 1988.

SILVA, Rooseman de Oliveira. *Formas de uso e apropriação do espaço urbano coletivo: o caso do bairro Jardins em Aracaju – SE*, Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

SEGRE, Roberto. *América Latina, fim do milênio: raízes e perspectivas de sua arquitetura*. São Paulo: Studio Nobel, 1991.

VARGAS, Heliana Comin; CASTILHO, Ana Luísa Howard de. *Intervenções em centros urbanos: objetivos, estratégias e resultados*. Barueri, Manole, 2006.

ZEVI, Bruno. *Saber ver a arquitetura*. São Paulo: Martina Fontes, 1978.

Trabalho enviado em 25 de fevereiro de 2014.

Aprovado em 18 de março de 2013.